

# REALIS

Revista de Estudos  
AntiUtilitaristas e PosColoniais

## COMO SE FAZ UMA TESE... DESCOLONIZADA<sup>1</sup>

*How to write a thesis... decolonized*

MENDONÇA, André Luis Oliveira<sup>2</sup>

FIGUEIREDO, Nilcéia Nascimento<sup>3</sup>

Para Elaine Maia e Luanda Café, inspirações para esse escrito sobre escrita por conta do livro da vida lindo que ambas estão escrevendo em suas respectivas lutas por uma saúde realmente coletiva.

Falar em primeira pessoa requer audácia. Mas é uma opção natural. Enquanto falo por mim, ou penso por mim, incorporo os demais à minha genealogia. Não ando sozinha pelo mundo Nélide Piñon, 2019: 7.

**Resumo:** Partindo da constatação de que mesmo as dissertações e teses defendidas nos programas de pós-graduação em ciências sociais e humanas em geral, bem como especificamente na subárea de ciências sociais e humanas dos programas de saúde coletiva, são cada vez mais padronizadas de acordo com o modelo IMRaD (Introdução, Materiais ou Métodos, Resultados e Discussão) e com os “bons conselhos” de Umberto Eco dados no seu livro Como se faz uma tese, nós aqui defendemos a tese da diversidade e pluralidade das formas de escrita acadêmica/científica, procurando resgatar aquelas que caíram em desuso (por exemplo: cartas e diálogos) e incentivar a proliferação daquelas que estão em pleno florescimento (por exemplo: escrevivências e relatos de si). Visando a sermos coerentes com a nossa própria proposta, nós nos valem de um amálgama de gêneros ao longo das seções do texto, dialogando criticamente com a literatura dita especializada sobre a temática. Para realizar esse intento a contento, a premissa que nos guiará será a da interdisciplinaridade entre ciências sociais, humanidades e literatura.

**Palavras-chave:** Descolonização; Escrita Científica; Carta; Escrevivências; Relatos de Si.

<sup>1</sup> Enviado em: 17 Abr. 2022 | Aceito em: 24 Jan. 2023.

<sup>2</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). <https://orcid.org/0000-0002-0077-3527>. Doutor em filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor adjunto do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. [alomendonca@gmail.com](mailto:alomendonca@gmail.com)

<sup>3</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). <http://orcid.org/0000-0003-4817-4387>. Mestranda em saúde coletiva pelo Instituto de Medicina Social. [nfigueiredo@uol.com.br](mailto:nfigueiredo@uol.com.br).

**Abstract:** Based on the observation that even the dissertations and theses defended in graduate programs in social sciences and humanities in general, as well as specifically in the subarea of social sciences and humanities of Collective Health programs, are increasingly standardized according to the model IMRaD (Introduction, Materials or Methods, Results and Discussion) and with the “good advice” of Umberto Eco given in his book *How to make a thesis*, we here defend the thesis of the diversity and plurality of the forms of academic/scientific writing, seeking to rescue those that have fallen into disuse (for example: letters and dialogues) and encourage the proliferation of those that are in full bloom (for example: *escrevivências* and self-reports). In order to be coherent with our own proposal, we used an amalgamation of genres throughout the sections of the text, critically dialoguing with the so-called specialized literature on the subject. In order to carry out this intention satisfactorily, the premise that will guide us will be the interdisciplinarity between social sciences, humanities and literature

**Keywords:** Decolonization; Scientific Writing; Letter; *Escrevivências*; Self-reports.

#### Prólogo Anti-Eco e Anti-Ego: um “receituário” contra o receituário

Ao entrar para o doutorado em filosofia nos idos de 2004, A recebera generosamente de presente do seu orientador e amigo, o Guto, o livro *Como se faz uma tese*, de Umberto Eco; iniciando o mestrado em saúde coletiva 15 anos depois, N percebe que a tal obra não precisa nem mais ser citada ou indicada nas aulas “metodológicas” porque já se tornou um livro “vivo”, no sentido de estar onipresente no imaginário e simbólico daquele espaço em que circula virtualmente (devido à pandemia), a (des)inspirar dissertações, teses e artigos feitos sob uma mesma forma padrão amorfa. Cheio de clichês e preconceitos, o livro é um manual de “conselhos” dirigidos à classe trabalhadora italiana, que começava a frequentar cursos de ciências humanas posto que “a universidade italiana é, hoje [no caso, uma década após o Maio de 68], uma universidade de massa” (ECO: 1989: XIII), a fim de que ela passasse a adentrar a Casa de Salomão sabendo se comportar respeitando as regras sacrossantas compartilhadas pelos doutos, carecendo, na hora da partida, de escrever algo equivalente aos nossos atuais TCCs de modo “digno” – qualificativo grifado pelo próprio autor logo na introdução. É claro que, se um manual sintetiza o consenso de um campo do saber, Eco, então, teria tão-somente disseminado ‘o cemitério de praga’ em que por aí já rondávamos... Seja como for, com as “invasões bárbaras” da academia brasileira das duas últimas décadas, o livro não teria caído como uma luva nas mãos de pessoas “despreparadas” para realizarem

trabalhos “científicos”? Aqui, não pretendemos responder a essa questão elitista senão, esquecendo a referendada obra em si, refletir a respeito das suas consequências nefastas, notadamente a padronização da escrita acadêmica nas áreas das ciências sociais e humanas de um modo geral e especificamente da subárea de ciências sociais e humanas em saúde coletiva<sup>4</sup>.

Se em tempos de taylorismo acadêmico publicar é preciso, lutar por formas de escrita contra-hegemônicas ‘não é uma luta vã, daí lutarmos mal nasce a manhã de um novo tempo’... Por razões de coerência, esse opúsculo é uma espécie de colagem de diversos gêneros acadêmicos de escrita, tanto daqueles já meio em desuso e que gostaríamos que voltassem a ser valorizados (e.g.: cartas e diálogos), quanto dos que ainda estão em plena luta aberta por legitimação (e.g.: escrituras e relatos de si); formas essas amalgamadas aqui pelo estilo ensaístico de ser livre sem medo, em diálogo crítico com a literatura sobre o tema<sup>5</sup>. Convenhamos: não há como deixar de reconhecer que esses gêneros aludidos ainda são, no fundo, enquadramentos convencionais em que pese a diferença frente à padronização claustrofóbica; melhor mesmo seria se deparar com um texto “inclassificável” na academia como acontece quando lemos uma obra literária ousada... Para tanto, faz-se necessário rompermos as fronteiras que mantêm as ditas ‘duas culturas’ isoladas e seguirmos rumo à genuína interdisciplinaridade entre ciências sociais e humanas juntamente com a literatura.

Que possa inspirar e encorajar novas/os autores e pesquisadores a escreverem de modo libertário enraizado na prática da diversidade. Até renomados acadêmicos dos países centrais do Norte, para não dizer colonialistas e imperialistas, já admitem que a ciência não é uma só, ela é múltipla<sup>6</sup>; por que, então, nós “subalternos” ainda seguimos no estilo quase único IMRaD (Introdução, Materiais ou Métodos, Resultados e Discussão), mesmo no interior das ciências pretensamente sociais e humanas? A colonização se

---

<sup>4</sup>Erudito respeitável, escritor consagrado, Eco ecoa na academia e na “esfera pública” de modo incontestado, mesmo postumamente; mas, como nem sempre ‘o alvo espera a seta’, dessa vez, antes de organizar uma antologia monumental sobre a história da beleza (ECO, 2010), ele errou feio.

<sup>5</sup>Diz-se que, se os franceses criaram o ensaio (mais precisamente, Michel de Montaigne em seu clássico *Ensaíos*) e os liberais ingleses o disseminaram, teriam sido os alemães que teorizaram sobre ele. Independentemente da pertinência desta sentença, o fato é que Adorno (2012) segue sendo uma fonte de inspiração, salvaguardadas as próprias contradições do filósofo da dialética negativa, quando se visa a refletir sobre o gênero. Em ensaio sobre o ensaio, Mendonça (2017) procura repensar o ensaio em tempos daquilo que chamou de paperialismo, a era do imperialismo do *paper*, artigo científico.

<sup>6</sup> Conferir, por exemplo, Galison & Stump (1996).

expressa por meios diversos, inclusive em suas formas mais sutis e sofisticadas. Lutar contra ela é uma tarefa coletiva que exige o cultivo de uma aberta e incansável obra de ARTE (Afetos, Revolta e Transgressão Estratégica). Por trás da boa intenção de se querer ensinar alguém já do alto de uma pós-graduação a “escrever certo e direito” se esconde a olhos vistos uma questão de poder e domínio nos domínios acadêmicos. Pode a subalterna, além de falar, escrever (SPIVAK: 2010)?

Ad(i)versidade de Escrita: choro e ranger de dentes

Infelizmente, contra a prática da diversidade de escrita, o que impera nos programas de pós-graduação costuma ser uma adversidade desalentadora encontrada sobretudo pelos discentes que almejam redigir suas dissertações e teses de uma forma diferente da dos cânones “positivistas” (aspas porque nem tudo é culpa do “pobre” do Auguste Comte e seus herdeiros...). Sem deixar de reconhecer uma gama de questões envolvendo o agravamento do problema da saúde mental de docentes e discentes nos últimos anos (das sucessivas “crises” planejadas à pandemia da Covid 19, passando pela precarização e intensificação do trabalho acadêmico), as tensões que antecedem às qualificações e defesas são, sem sombra de dúvida, exponencialmente aumentadas por conta das pressões para que os projetos, dissertações e teses sejam escritos de modo “científico”, “impessoal”, “objetivo”, “fundamentado”, o que, quase sempre, significa ter de abrir mão de um manuscrito criativo e original em prol de uma escrita BIC (Burocrática, Instrumental e Careta). Dentre tantos outros, desvirtuamos engendrados pela força da grana que ergue castelos de areia no interior da ciência comoditizada que atualmente nos domina, esse tipo de escrita IMRaD (sem raiz, sem radicalidade?) é “útil” para facilitar inclusive a “salami science” – prática “duvidosa” do ponto de vista ético por “fatiar” os resultados de uma pesquisa em diversas publicações –, uma vez que cada capítulo já deverá estar na fôrma das revistas científicas às quais se pretenda submeter-se (expressão que caberia um grifo). Isso quando as teses já não são feitas elas mesmas nos moldes da reunião de artigos já publicados e/ou submetidos<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Sobre as transformações preocupantes pelas quais a academia vem passando em função do processo de mercantilização da ciência, e só agravadas nos últimos anos, ver Resnik (2007) e Krimsky (2003).

Em seu polêmico texto autoral *O que é um Autor?*, Michael Foucault, para variar, faz algumas alusões bem provocativas a respeito das questões de publicação e de autoria, como as querelas econômicas por trás do “conhecimento desinteressado” (direitos autorais, créditos, propriedade intelectual etc.). Não vem ao caso analisar o referido texto aqui, só queremos chamar a atenção para a mudança radical que houve na chamada função-autor quando se compara a produção científica com a literatura nos últimos séculos: a ciência já foi mais autoral; as letras, mais “impessoais”. Ao passo que, hoje, pesquisadores costumam naturalizar a assunção segundo a qual “escrita científica é sinônimo de publicação objetiva” como se essas pressuposições tivessem sempre estado pairando por aí, ou fossem um totem da eternidade caído direto nas nossas cabeças (isso para não entrar na discussão espinhosa sobre múltipla autoria com centenas de autores em tempos de Big Science<sup>8</sup>).

Suponhamos que Galileu Galilei, quase um mártir da ciência canônica, quisesse apresentar, por exemplo, o seu *O Ensaeador* como tese na pós-graduação atual (não vamos nem dizer de física, mas de algum programa em ciências sociais ou ciências humanas)... Recorrendo a um tipo ideal weberiano, podemos imaginar a seguinte avaliação: “Trata-se de boa literatura, mas não de ciência: você está no lugar errado, e seu tom alto contra Aristóteles é desrespeitoso!”. Da mesma forma, uma das obras consideradas pedra angular da arquitetônica da razão científica, *O Discurso do Método*, de René Descartes, seria facilmente rotulada de muito “subjetiva” posto que, nela, o autor narra, ao contrário da visão comum herdada, suas experiências pessoais em busca da verdade pelo caminho da dúvida estratégica: “Isso é uma tese científica ou um simples ‘relato de experiência?’”, perguntaria a banca, caso a/o orientador(a) bancasse o texto para ser defendido. Agora, se formos pedir que expliquem o que se está tomando pelas palavras “objetivo”, “subjetivo”, “argumentação”, “fundamentação”, ou similares, as respostas podem soar ocas e vazias. Perguntas “pueris” sempre podem desbancar os sábios, já sabia o velho Aristóteles. Não é à-toa que gente “mais esperta ou experta”, no caso os historiadores da ciência estadunidenses Lorraine Daston e Peter Galison (2007), julgou pertinente produzir um calhamaço contando a história sinuosa e descontínua da ‘virtude epistêmica’

---

<sup>8</sup>Biaogioli & Galison (2003) organizaram uma antologia sobre autoria científica em tempos de Big Science (ciência em escala industrial, empresarial, bélica) que já antecipava a configuração atual da organização social da ciência em larga escala e sua respectiva perda de artesanania.

honrada com o nome de “objetividade”, cientes de que não tem nada que produza uma subjetividade mais curiosa do que essa tal sanha por ser “objetivo”, a do medo da contaminação pela alteridade. O sujeito da objetividade é uma espécie de eunuco visando à pureza, ao mesmo tempo em que, pelo pavor das “interferências subjetivas”, acaba cultivando uma subjetividade que renega todos os “sujeitos” que não se enquadram na sua armadura “universal” de anulação dos “aspectos subjetivos”. Estranha e triste subjetividade essa a da ilusão ou esperteza da “ausência” de subjetividade.

Em tempo: como até mesmo europeus e estadunidenses “mais honestos” reconhecem, o que é “objetividade” senão um acordo ou concordância entre membros de um grupo que interage e se comunica entre si, ao invés de um acesso privilegiado ou iluminado à realidade como ela é ou se apresenta graças à posse de um método especial (RORTY: 1994)?!

Deixando o exercício histórico hipotético de lado (história contrafactual tem seus encantos, mas a partícula “se” só convence um ou outro em particular), na realidade o que há por trás de toda essa discussão é que as nossas concepções de conhecimento condicionam as formas de escrita que prezamos, de modo que uma epistemologia da escrita acadêmica se faz um campo de investigação urgente –só torcemos para que não se crie um novo feudo com respectivos donos. Sem contar a separação “clássica” que até gente do campo crítico (no bom e velho Karl Marx, há uma distinção, porém sem separabilidade, tanto assim que seus textos também têm muito pendor para “obras literárias” ao menos para os nossos padrões) aceitou e aceita sem grandes questionamentos: método de investigação seria uma coisa, método de exposição seria outra completamente diferente. É preciso implodir com essa dicotomia, que, além de ilusória, é danosa. Não há campo de investigação neutro nem nas ciências “naturais” (elas também são sociais<sup>9</sup>): nêutrons viram bombas. Quanto mais nas ciências sociais e humanas. Até quando esse embuste vai durar? Mesmo na teoria mais “abstrata” e “universal” se esconde uma narrativa particular, i.e., de uma história que faz sentido para uma comunidade específica. Aqui, pomos em destaque a questão “epistemológica” para não ficarmos reféns em pouco espaço das dimensões mais políticas relativas à

---

<sup>9</sup> De modo a não soar como “radicalismo decolonial”, seguimos referenciando os insuspeitos estudiosos da ciência em ação: vide, então, Pickering (1992).

padronização da escrita acadêmica, o que nos levaria a ter de adentrar o imundo e vasto mundo do produtivismo acadêmico em toda a sua relação mais direta com o capitalismo selvagem da civilização ocidental.<sup>10</sup>

Independentemente da cadeia causal que gera todo esse drama, a nossa motivação maior no uso da pena foi lutar contra o sofrimento de estudantes que penam para escrever em uma forma de fôrma em que no geral não se enquadram e com a qual não se identificam porque lhes rouba a liberdade, a autonomia e a criatividade. Eis, ao fim e ao cabo de guerra desigual, o sequestro do desejo. Violência epistêmica é uma das formas mais cruéis de subjugação do outro “em virtude” das sutilezas e artimanhas da razão, essa suposta faculdade responsável justamente pela superação de toda e qualquer forma de violência humana. A seguir, então, nós lhe endereçamos uma carta como uma expressão de escrita mais “sensível”, liberta e avessa à violência.

Rio de Janeiro, Maio de 2021.

Querida(o) leitor(a),

Talvez você nunca tenha escrito ou mesmo recebido uma carta: nos deixe convidá-la(o), então, a ser uma “ridícula(o)” leitor(a) de uma carta de amor. Nossa primeira aproximação é desconfiar sobre o que para você possa significar ser “ridículo”, o que pode provocar riso ou ser extravagante?! Os dois significados cabem a essa palavra que é aqui usada pelo poeta como adjetivo imanente às cartas de amor (PESSOA, 2012). O que talvez não tenha ficado tão evidente é que para ser ridícula a carta precisa de tanto amor, que lhe faça transgredir o sentido de exposição para o contentamento libertário tanto de quem a escreve, quanto de quem vai recebê-la.

Se o pavor de ser ridículo te roubou a possibilidade de escrever uma carta de amor, considere esse momento oportuno, já que diante de uma reviravolta “mundana et all” promovida por um “sujeito universal” – o coronavírus – faz todo o sentido se deixar imprimir por palavras afetuosas, diretivas e em primeira pessoa. Embora um pouco de sofisticação seja ainda exigida, já que fomos iniciados segundo o Eco (1989: 41- 42): “é

---

<sup>10</sup> Se aqui nos detemos, por assim dizer, mais nos aspectos subjetivos do processo atual de construção do conhecimento, Mendonça (2014) procura desnudar os condicionantes capitalísticos do contexto produtivista e precarizado do trabalho acadêmico vigente, cunhando inclusive o acrônimo SOMA (Síndrome da Ostensiva Mercantilização Acadêmica), por meio de uma avaliação da avaliação Capes.

preciso ser um anão inteligente, e se não quiser subir nos ombros de um gigante, suba mesmo no ombro de outro anão” (uma cena para risos, muito característica de uma estética circense). Supondo-se um anão, aliás, uma metáfora estigmatizante e infeliz recorrente na história da ciência desde que Newton se viu como um “nanico” sobre os ombros de “gigantes” (em sua estranha humildade pretenciosa de julgar que enxergava mais longe do que seus antigos mestres justamente pelo fato de poder se valer de suas “grandes descobertas”), temos um cardápio grande de propostas desviantes nas quais cabem alguns diálogos entre os gêneros científicos e os literários, como se pudesse desvencilhar objetivamente um do outro. Ou melhor, nós que insistimos em escrever cartas, temos nos esforçado por aproximá-los novamente, mas, na falta da compreensão do “senhor da ciência”, em nome do amor, um sincretismo quase religioso às vezes nos impulsiona trocar o nome dos santos.

Já para você a quem “ridículo” possa significar extravagante, têm vários “novos santos” em circulação, afinal é preciso nomear com justificativas epistêmicas: poesia etnográfica, escrita de si, autoetnografia, dentre muitos outros nomes criados na parceria de Malinowski, Foucault, Deleuze, para garantir uma escrita aceita. Vias de regra, a santa inquisição científica costuma queimar cartas de amor que não possuam referenciais hegemonicamente citados.

É curioso, querida/o leitor(a), que a própria carta já foi um gênero de escrita considerado fundamental na circulação de ideias dentro das muralhas acadêmicas, ao passo que, em tempos de idade média, elas não são trocadas nem mais entre amigas/os e amantes. Além de ridículas nos dois sentidos supracitados, elas viraram assombrações de um passado longínquo. Para quê manchar o papel com lágrimas ou rasurar ideias titubeantes se temos à mão a “perfeição” do E-mail, essa correspondência eletrônica veloz também já posta em marcha ré de obsolescência programada acelerada por similares como WhatsApp? Alguém tem lá nostalgia da modernidade científica de um Galileu Galilei (2009) escrevendo suas cartas para a Grã-duquesa Mãe de Toscana, Senhora Cristina de Lorena, revelando a beleza do Livro da Natureza escrito em linguagem matemática pelo mesmo criador do Livro Sagrado, ou seja, tratando das relações entre ciência e fé; ou quem nutre nostalgia da modernidade filosófica de um Friedrich Schiller (1989) a redigir suas cartas dirigidas aos nobres para lhes convencer de que a “educação estética do homem” poderia formar o cidadão de um novo Estado fundado no cultivo da razão e da

sensibilidade; ou ainda, quem haverá de ter nostalgia da “pós-modernidade” de um Paul Feyerabend cujo livro mais conhecido – *Contra o Método* – foi concebido como uma carta provocativa e afetuosa endereçada ao seu amigo e colega de filosofia da ciência Imre Lakatos? Paramos nesses três exemplos oriundos da Europa de propósito: até os bastiões da “racionalidade”, aqueles nos quais supostamente nos espelhamos, redigiram cartas que viraram obras fundantes; enquanto nós, até quando classificaremos as cartas como um gênero de escrita privado e pessoal, podendo ser no máximo um “documento histórico”, tal qual a fatídica do suicídio de Getúlio? Vai ser preciso seguir traduzindo Michael Polanyi (2013) para aprendermos que o conhecimento é sempre pessoal, sobretudo o científico?

Todavia, ‘quando tudo está perdido, sempre existe uma luz’ (negra) para nos salvar: ainda bem que temos Gloria Anzaldua (2000) e Angela Figueiredo (2015), só para ficar com uma acadêmica que exalta a mestiçagem em solo estadunidense e outra que rechaça a ideia de mulata no contexto brasileiro, em suas respectivas cartas. Oportunamente, temos também a bela e urgente carta à Terra, de Geneviève Azam (2020), publicada um pouco antes da pandemia – essa resposta da Terra aos maus-tratos que vem recebendo dos terráqueos. Por último e não menos importante, temos as cartas (não) enviadas de Françoise Ega, empregada doméstica na França nascida na Martinica e que se tornou escritora, à Carolina de Jesus: “Faz um mês que parei de escrever, de falar com você, Carolina, porque meu primogênito riu, ele me disse, com sua lógica infantil, que era ridículo escrever para uma pessoa que jamais vai me ler” (EGA, 2021: 21). Para o bem das novas Carolinas que agora a leem, Maméga, como a escritora se tornou conhecida, não se importou em ser “ridícula”.

Há-braços descolonizadores,

N. & A.

P.S.: Um pouco menos de um mês após escrevermos essa seção-carta, chegou até nós uma chamada para escritoras negras denominada Cartas para a Esperança, em que as 50 cartas selecionadas sairão no 23º livro da Flup. A sincronicidade nos tocou...

P.S<sup>2</sup>.: Também nos chegou uma matéria jornalística tratando da “atualidade” do livro do Eco para auxiliar uma “boa escrita”. A luta é para a vida inteira...

#### Digressão sobre a “Transgressão”: a colonialidade dos textos decoloniais

Não seria estranho se não fosse trágico que as normas que categorizam os textos fossem fundamentadas em estratégias colonizadoras do saber. Foi aprendendo que não se escreve como se fala que muitas línguas originárias foram perdidas e objetivamente trocadas, junto com seus signos, aos novos modos de estar no mundo. Nenhuma exegese, ainda que co-construída mediante lutas identitárias, livram-nos de contribuir com a disseminação de um novo cânone, quando damos a ela um modo único de existir. A primeira desconfiança que temos é que toda a discussão parte dos “intelectuais” pós-coloniais, que já nasceram constituídos por uma matriz universalizada dominante. Todos fomos às escolas, e nossos currículos matriciados por referências herdadas da Europa e Estados Unidos. Vamos ter que dormir com esse barulho se pudermos, já que a noite não adormece nos olhos das mulheres (EVARISTO, 2017: 23), esse eu que nos lembra da situação de opressão na qual queremos não reproduzir.

A nossa colonização mental “econiana” se tornou tão enraizada no cultivo dos textos acadêmicos que até mesmo os emergentes estudos decoloniais, ou seus complementares ou concorrentes estudos pós-coloniais, são dominados pelas formas de escrita de coloração positivista em seu louvável esforço de desobediência e transgressão epistêmicas. A contradição entre conteúdo e forma soa bem gritante nesses casos de tentativas corajosas de se ecoar vozes silenciadas: de um lado, toda a desconstrução epistemológica da ciência europeia e do projeto da modernidade, assim como uma crítica contumaz à colonização das terras pindorâmicas e escravização de corpos africanos acompanhadas de seus desdobramentos nefastos duradouros; de outro, uma submissão persistente à escrita “científica” recheada de referências (aqui, inclusive, cabe a nossa autocrítica) e paráfrases de autores consagrados do “campo”, sem contar o paradoxo de que alguns destes, na maioria homens brancos latino-americanos que ocupam cátedras de universidades nos países do Norte, acabaram se tornando hegemônicos nas chamadas epistemologias do Sul (CUSICANQUI, 2010). Descolonizadores colonizadores...

Essa tal colonialidade ou herança dos traços coloniais vigentes na contemporaneidade, com suas respectivas estruturas de racismo, elitismo e sexismo dentre tantas outras que insistem em moldar o nosso ser social mais profundo mesmo após os países da América Latina terem “deixado de ser” colônias oficialmente, é difícil de ser abolida inclusive no interior dos espaços ocupados por aqueles que lutam consciente e tenazmente em prol do seu desaparecimento total e completo. No meio acadêmico não é diferente; talvez, aí, essas estruturas sejam ainda mais arraigadas porque mais eficazmente escamoteadas. De forma que semear ou acolher pesquisas irmanadas ao ideário decolonial não implica automaticamente fertilização de textos que possuam uma forma ou gênero de escrita libertário. Até nesse campo florescente, grande parte da produção é padronizada e estéril do ponto de vista formal.

É uma triste ironia que em nosso tempo da “transparência” pareça mais fácil ser disruptivo no que diz respeito ao conteúdo – mal ou bem, a produção decolonial e pós-colonial costuma ser bem crítica e contundente – do que ser até meramente “reformista” em termos formais. Isso dá o que pensar. Conhecimento científico virou sinônimo de mundo das aparências, bastando parecer que é verdade para sê-lo (seja lá o que for “verdade”), i.e., o importante seria, então, exibir um figurino francês qualquer para se obter todas as honrarias de cientificidade (“objetivo”, “confiável”, “autorizado” etc.), mesmo, ou principalmente, quando se quer aparentemente “insurgir-se” contra a ciência e seus epítetos forçadamente tautológicos (“imparcial”, “neutra”, “autônoma” etc.)? Acreditamos que uma das saídas para essa encruzilhada começa pela ruptura com essa divisão artificial entre “conteúdo e forma”. “Diga o que quiseres, mas do modo como eu quero”, eis a premissa oculta do “pluralismo” singular operacionalizada pela hegemonia reinante na ciência “pós-acadêmica”, para tomar emprestada a provocativa e certa expressão do físico e filósofo da ciência John Ziman (1996). Basta de máscara branca. Há muitas peles possíveis para se habitar... Por um habitus diverso e múltiplo, eis nosso lema.

Felizmente, despontam no horizonte da constelação do Cruzeiro do Sul correntes libertárias no interior desses novos estudos – como é o caso do pensamento afrodiaspórico e especialmente do feminismo negro – que vêm criando formas de escrita que expressam melhor outras maneiras de ser, sentir e saber<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup>Uma coletânea que já nasceu clássica nessa aproximação entre pensamento decolonial e afrodiaspórico é aquela organizada por Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2019).

Atalho final da “digressão”: obviamente, não queremos culpabilizar as “vítimas”. Nossas irmãs e nossos irmãos de luta, as/os/es decoloniais, pós-coloniais e contracoloniais, para além inclusive da disputa pela designação mais “correta”<sup>12</sup>, não criaram essas regras e normas que aí estão; tampouco podemos lhes colocar o peso da missão anti-missionária de nos livrar das sombras estrangeiras delineadoras do rosto pálido e congelado que nossos textos tomam. Trata-se apenas de uma aposta de que, por coerência, o próximo passo tático da luta estratégica mais ampla talvez esteja em retalhar o cetim importado com o qual ainda cobrimos nossos escritos pretensamente descolonizados (OURIQUES, 2014). E, é preciso e precioso reconhecer, as mulheres negras já estão na vanguarda desse processo, como N mostra na sequência.

A Melô da(o) Oprimida(o): uma escrevivência sobre escrevivências

Há alguns dias, venho me demorando ao encontro dessa escrita. Sem uma autoanálise instigada por qualquer grande teoria, arrisco dizer que o acúmulo de sofrimento produzido por um desvalor, que mantém as circunscções de subalternidade tatuadas na pele colonizada, desfoca as pequenas alegrias cotidianas que mobilizam livremente as palavras até que elas se deixem ir pela lauda. Grada Kilomba (2019), em dueto com Patrícia Hill Collins, constrói um “apud” confluyente que vou tomar em liberdade de nomear como “a melô” da(o) oprimida(o): Pra quem você está escrevendo? O oprimido é exigido a prover um discurso confortável... E como devo escrever? Muitas vezes mudando o significado do nosso ideal... Devo escrever contra ou por alguma coisa? E trabalha para levar as ideias dos grupos dominantes. São dessas perguntas e constatações que tentamos nos desviar todo tempo, entre o corpo oprimido leigo colonizado e a mente colonial que está sempre a dizer quais modos nós devemos cultivar para uma admissão na “casa branca”.

Das muitas desculpas, quando o corpo ousa querer dizer, uma é a de “deixar para escrever dessa forma quando você for...”. Um conto que nunca se completa, um tempo que

---

<sup>12</sup>Outra coletânea já “clássica” desde o surgimento, cuja introdução, a propósito, faz um balanço crítico abrangente sobre essas designações (especialmente a expressão “pós-colonial”), é aquela que Cahen e Braga (2018) organizaram.

vai sendo dilatado, até que você não mais se reconheça, e uma frase passe vibrar em sua memória: “eu não sei escrever a partir de mim”. As teias nos entrelaçam sem que tenhamos reação para que as acusações de uma escrita subjetiva demais (lê-se marginal) tirem o brilho do cotidiano ordinário imprescindível aos rabiscos das nossas memórias. “Seu texto é interessante, mas acientífico; parece que você está sempre querendo subverter com sua escrita; precisa argumentar mais teoricamente...”.

Estar à margem, não se trata de romantizar a opressão. Para hooks (1990), esse é um local de “repressão e resistência”; para Spivak (1993: 3), “é uma crítica persistente e des-construtiva à teoria”; para Kilomba (2019: 69), “é o entendimento e o estudo da própria marginalidade que criam a possibilidade de devir como um novo sujeito”. Não se trata de ser diferente, trata simplesmente de ser, de poder estar incluído no mundo, de não assinar uma procuração em um papel branco (lê-se como folha, como persona, como raça...) construído a preço da destruição de nossas florestas, nossos povos e nossos corpos. Carolina Maria de Jesus, não quis ter atrelado ao seu corpo o valor de um “rebotalho que viveu à margem da vida”, seu texto é um despejo para além do quarto, uma constatação contra todo sentido de meritocracia para as classes subalternas que desejam trabalhar, mesmo quando esse trabalho seja só escrever: “mas que sempre procurava trabalho porém sempre fui preterida, digam ao povo brasileiro que meu sonho era ser escritora” (In: Folha da Noite, 09/05/58, p. 5).

Para quem ache que é fácil fazer uma escrevivência<sup>13</sup>, eu convido, não como ato de conversão a um novo método, até porque seria desonroso chamar assim esse conceito tão amplo cunhado pela escritora negra Conceição Evaristo (2020: 30), a se deixar escrever a partir do seu corpo, o corpo de suas sensações. Não é a folha em branco que nos apavora, ou o prazo que o estudante/pesquisador subalterno precisa cumprir, mas é uma memória implantada de que não há valor no que você tem a dizer, e te faça desconfiar de qualquer impulso intuitivo. Ou ainda, quem sabe, a língua que nos foi tirada junto aos seus significados, ou/e traduzida para uma forma culta, também tenha violentado nossa

---

<sup>13</sup>Em sua concepção inicial, escrevivência foi considerado pela autora como “ato de escrita de mulheres negras ... valor da escrita além da pujança da oralidade de nossas e nossos ancestrais”. Prospectivamente, a autora foi relacionando o conceito de forma mais abrangente como “uma escrita que não pretende uma abstração do mundo, mas, sim, para existência para o mundo-vida. Ao escrever-se a si própria/o seu gesto se amplia, e sem sair de si, colhe vidas, histórias do entorno”. (EVARISTO, 2020: 36)

espontaneidade?! Chame o nosso “pretuguês”, Lélia (GONZALEZ, 2018)! Pretuguês é uma africanização do português segundo a autora, feita pela mãe-preta de forma consciente ou não, ao passar valores africanos e afro-brasileiros para as crianças brancas que cuidou. Uma subversão da língua de dominação, ressignificação e resistência feita por negros e indígenas.

Para quem ache difícil fazer uma escrevivência, por que não fazê-la como uma experiência de si? Se a desconfiança é a acusação de narcisismo, liberte-se: jamais escreveremos a partir de nós, sem que todo o entorno tenha tanta importância e se venha desenhar como o princípio, o verbo, e o meio de nós mesmas. Uma grande tristeza é não poder ler a gente (uso o substantivo como uma categoria singular de pessoas subalternas como eu, que são destinadas pela leitura/escrita a se tornarem sujeitos universais) que conheço, nos seus trabalhos de conclusão de curso. Quando temos a oportunidade de ouvir o que “essa gente” têm a dizer sobre sua escrita/vida, reiteramos que as lacunas entre a oralidade e o texto, já grandiosas por questões lexicais e linguísticas, se tornam um oceano entre os continentes dominadores e dominados quando esses escritos/vivos ganham registros nas tábuas da literatura científica. Nos damos conta de que muitas vezes o que somos orientados a retirar do texto ou o que pensamos do que vão pensar d’ a - gente se escrever dessa forma, é a essência, a matéria, a singularidade pertença d’ “a gente”. Ou quando podemos ousar escrever de outro modo, precisamos usar algum neologismo aceito como sinônimo intelectual de um “estudo exótico”: decolonial, pós colonial, contra colonial (CUSICANQUI, 2010).

Desse modo, o que pode parecer sutil enquanto foi sendo abolida principalmente dos povos de tradição oral – as suas histórias, dando lugar a outras narrativas construídas por uma ardilosa classe intelectual das humanidades, nos mantém reféns da expropriação intelectual *ad aeternum*. Herdamos a mesma condição de objetificação que os nossos ancestrais, produzindo inclusive o que Cusicanqui chama de multiculturalismo teórico racializado e exotizante, da produção acadêmica. Assim como não há neutralidade de nenhum ponto de vista, desejo que as pluralidades de vozes que nos habitam se deixem conjugar às palavras:

Para quem estou escrevendo?

Pra mim, e para quem interessar me ler.

E como devo escrever?

Da forma que der vontade.

Devo escrever contra ou por alguma coisa?

Talvez contra todo tipo de opressão, e por amor pra sempre, e pra sempre por amor...

Fui alfabetizada antes de chegar à escola por uma prima “de consideração” que reunia crianças em seu quintal para brincar daquilo que para ela seria o sonho do futuro, ser professora. Neste mesmo quintal, morava uma tia-avó e a mãe da minha prima que conheciam o suficiente da língua para se manter: fazer as pequenas transações financeiras do dia a dia e ler precariamente rótulos de embalagem e uns versículos da bíblia (esses mais decorados do que propriamente lidos). Quando a notícia se espalhou pela família, minha avó paterna que só reconhecia dinheiro, disse: “essa minina é muito intiligenti, precisa colocar ela numa escola”. Intimamente, essa relação do terreiro de casa à transição para a escola, tornou-se uma ponte ininterrupta onde um idioma transita sem querer tradução. Embora a cada grau de escolaridade que galgamos, somos pressionadas mais racionalmente, até que nos tornemos uma “tábula rasa”.

Estratificar do meu corpo o saber que me compõe é manipular minha história, uma violência epistêmica silenciosa que tenta me fazer perder a origem comunitária/identitária, como se elas nunca coubessem na vida acadêmica. Talvez o sentido de uma escrita estratificada possa desmembrar nosso complexo mundo que é do outro, das coisas, das relações, das intimidades, das desigualdades, e os tantos micro-sistemas de nós mesmos, e nos façam tabular a vida, como se fora possível fazê-lo enquanto ciência/escrita. Deixei de tentar, portanto, essa estratificação, a neutralidade discursiva, porque percebi que sempre escapará de mim no texto. Escolho então assumir essa “in-competência”. Posso dizer que em memória às mulheres da minha família, que não puderam nem chegar à escola, inclusive minha mãe, que uso a “palavralma” (ROLNIK, 2021), contração aproximada de Ñe’e verbete Guarani, para tentar me dizer. O Ñe’e, que possibilita a manutenção do sujeito e sua linguagem indissociáveis, em relação ao TEKÓ, modo em que o corpo está inserido no mundo sempre em movimento, me ocupa, portanto, o exercício de cultivar o TEKÓ PORÃ – onde a comunhão construída pela busca coletiva de pertença não me faça ter que romper para estar ou ser (BENITES, 2015).

Não escrevemos sós, porém. Desses entrelaços, desde a alfabetização até aqui, são muitas mestras e mestres que, com seus modos de nos ler, fazem esse lugar possível. Já havia perdido a esperança, mesmo quando dei minha primeira carta de intenção à pós-graduação de Saúde Coletiva a um querido incentivador para ler. Não pude prosseguir dizendo que meu primeiro encontro com esse campo se tinha dado no circo, e a orientação acertada foi que, com essa escrita, eu não seria aceita no programa. Naquele ano, desisti, então, já que não me sentia nutrida o suficiente para estar em um lugar onde não pudesse ter uma relação com a política de “nhomonguetá” – um encontro de conversa para fortalecer um ao outro o corpo, durante troca de conhecimentos. No ano seguinte, ao ter uma experiência dentro dos muros acadêmicos com uma “in-disciplina” ofertada fora do horário comercial – horário comum aos mestrados/doutorados acadêmicos das universidades públicas – intitulada “Enegrecer a Saúde Coletiva”, me fez poder reconsiderar estar nesse lugar.

De fato, é o afeto do quintal, sua leveza e comunhão familiar, que me fizeram reencontrar o amor pelas palavras da infância. Encontrei companheira/os insurgentes, aquilombados com um doutor arrebatado por uma “pedagogia do bosque”, um lugar em suspensão etérea, onde flertamos com a liberdade em se poder escrever de muitos jeitos. Esse bosque que às vezes é delatado altivamente por alguns antiquados corajosos que infelizmente nunca tiveram a oportunidade de frequentar uma escola a céu aberto que acontece no quintal das nossas felizes experiências enquanto nos permitimos “palavrealmeiar”...

É possível, e sobretudo necessário, racializar-se como branco, inclusive assumindo a escrita “personalizada”; daí A fazer o relato de si mesmo no que se segue.

Lugar de Cala: um breve relato de si como ori-enta-dor<sup>14</sup>

Embora tenha sido presenteado com o livro *Como se faz uma tese*, salvo engano, já desde o meu primeiro encontro de orientação no doutorado, ele não deixou em mim sequela

---

<sup>14</sup> A pequena narrativa desta seção é livre e responsabilmente inspirada em Butler (2005), para quem, do ponto de vista ético, devemos escapar à violência do universalismo contando nossas próprias histórias. Pelo fato de a moral com suas respectivas normas estar sempre inserida dentro de contextos sociais cambiantes, relatar a si mesmo é sempre fornecer um relato comunitário, coletivo.

qualquer sequer, até porque meu orientador, quem me deu o dito cujo, foi fundamental no meu processo de autonomização da escrita acadêmica, tendo sempre incentivado o cultivo do meu estilo ensaístico de ser ou de escrever. Cômico de que o meu caso está mais para exceção do que para regra, é que me mobilizei para circular, em parceria com minha orientanda de mestrado dona de uma escrita visceral e poética como nunca havia tido o privilégio de testemunhar (mesmo já tendo orientado dissertação e tese na forma de escrituras belíssimas, para não falar dos potentes relatos de si), este libelo que haverá de inspirar e encorajar discentes e docentes a revolucionarem as estruturas “científicas”, ‘tomara, deusas, tomara’.

‘Várias variáveis’ atuam no jogo de poder do saber: desde a hegemonia da corrente “positivista” a nos aprisionar em seus “dados” até o furor por trás das relações de poder a querer nos subjugar com suas “técnicas”. Entrementes, no entremeio, têm também aqueles que agem assim ‘só por medo ou por insegurança’: conheço colegas que estão insatisfeitos com os cerceamentos dessa tal “escrita acadêmica”, porém, como se diz, não conseguem bater de frente contra o sistema (reconheço que não é nada trivial, processo para uma vida inteira), e, a contragosto, vão contribuindo para perpetuar a “mediocridade” que aí está (igualização mediana ou mesmice mesmo), ou pior, a opressão imperante que leva aqueles que são sádicos como que travestidos de pesquisadores a devastarem a saúde mental de estudantes que costumam chegar na pós cheios de sonhos, ideais e ideias. É a você, colega que receia não ser compreendida ou perder legitimidade e credibilidade, a quem me dirijo especialmente: não tenhas medo! É possível romper o looping da violência por um ato de decisão, sem heroísmo ou salvacionismo. Questão de coerência. Só não dá para servir a dois senhores: ou nós estamos do lado da hegemonia, ou nós lutamos na “vanguarda”, eis a questão. A rigor, talvez não devêssemos mais nem colocar as coisas nesses termos sequiosos de poder em ambos os casos: se formos genuinamente pluralistas, não fará mais sentido algum ter um grupo dominando todos os outros, tampouco um coletivo “especial” que sai na dianteira para se constituir em um novo grupo dominante.

Pela minha experiência, a ‘coragem da verdade’ há de advir sempre da parceria autêntica com as/os subalternas/os. Estudantes e orientandas/os foram quem me ensinaram a transgredir, só para “transgredir” carinhosamente a proposição de bell hooks (2013). Sem querer entrar em discussões “pedagógicas”, nós da pós-graduação não

costumamos ter, por assim dizer, formação em formação (somos cada vez mais “formados” como pesquisadores). “Intuitivamente”, acabamos reproduzindo a educação bancária de transmissão verticalizada de “conteúdos”, mesmo, paradoxalmente, cobrando das orientandas/os “autonomia”<sup>15</sup>. Só nos sentimos docentes quando temos algo a ensinar ou corrigir, quando nos sentimos orientando, apontando a direção da bússola epistêmica, o que quase sempre significa “ocidentalizando”; por isso não é de se estranhar que fiquemos seguros de orientar só temáticas, questões e problemas com os quais nós estamos supostamente familiarizados, geralmente dentro da nossa “linha de pesquisa” (obviamente, há aqueles que, em virtude de questões éticas, não ficam à vontade para orientar trabalhos fora do seu escopo de interesses por julgarem que não poderiam contribuir de modo significativo). Dominar um assunto é, nesse caso, um passo para passar a dominar o outro. Achamos que orientar é conduzir os processos de construção do conhecimento e, com essa arrogância epistêmica, perdemos o melhor que as relações horizontais possibilitam – o nosso próprio aprendizado permanente ad infinitum<sup>16</sup>. Se como orientadores tivermos abertura de coração e mente para exercitar o nosso “lugar de cala”, sem precisar se citar, vamos desfrutar da oportunidade de ver que nossas/os orientandas/os sabem muito mais das coisas que os motivam do que possa sonhar nossa vã filosofia. Além de tudo, nós temos o dever ético de deixar que eles e elas sejam quem quiserem ser, façam o que quiserem fazer, o que, obviamente, pressupõe compromisso e responsabilidade (aliás, a julgar pela minha experiência, essas são virtudes epistêmicas que costumam ter de sobra quando são tratados com igualdade, sem hierarquia). De “não se dedica direito ao curso” a “sumiu estranhamente das reuniões do grupo”, passando por “tem dificuldade de entender conceitos triviais” ou “não consegue se livrar da escrita ‘subjéctiva e pessoal’”, dentre outras sentenças proferidas à boca miúda amiúde ou até mesmo em reuniões de departamento ou CPG, podem ser todas sinais vitais de resistência a processos pouco dialógicos de orientação.

---

<sup>15</sup> Só para referenciar a um só (anti)golpe as duas magistrais pedagogias complementares de Paulo Freire, a do oprimido (1977) e a da autonomia (1996).

<sup>16</sup> Sobre horizontalidade pedagógica na pós-graduação, recomendamos, carinhosamente, o capítulo intitulado “O papel do orientador de trabalhos acadêmicos numa perspectiva democrática”, pertencente à bela obra *Cartas à Cristina* (olhem elas aí outra vez...), de autoria do mestre Paulo Freire (2002).

A modernidade, irmã siamesa da ciência, com toda sua retórica de emancipação universal pela razão, gerou, na prática, o não-ser de povos de pindoramas e africanos ao lançar mão de suas terras e corpos por meio dos regimes escravocrata e colonialista, tendo sido uma máquina de moer gente, terra e memória. Quando o genocídio ou etnocídio não se dava, era negado o direito às suas respectivas subjetividades e culturas sob a ordem perversa da “assimilação” (fato é que, se houve opressão atroz, esses povos ainda resistem com suas culturas mais vivas do que nunca). Da mesma forma, até hoje, é assim que seguimos tentando anular nos “alunos” o desejo e a utopia que trazem em sua chegada às universidades, imbuídos que estamos da missão quase religiosa de fazermos eles passarem por um processo de iniciação científica, em sentido lato e estrito, tal como são os ritos iniciáticos que pretensamente teriam sido banidos da vida acadêmica. Aliás, eis aí o ponto: é chegada a hora de a ciência se ver com a sua origem histórica religiosa: o obscurecimento dessa questão leva ao retorno permanente do recalcado no templo do “Esclarecimento”. O “Deus suprimido”, apontado por Bruno Latour (1994) como sendo uma das garantias constitucionais da modernidade, nunca foi embora, tornou-se a própria ciência, ou a deusa ciência; ou, ao menos, os cientistas fazem as vezes sem precisar usar as vestes de sacerdotes ou oráculos da nossa era<sup>17</sup>, ainda que se pese todo o “negacionismo” vigente. Supostamente laica, a ciência resguarda muito das práticas místicas, a começar pela relação mestre-discípulo quase apostólica encrustada na pós-graduação. O que não falta é literatura sobre a origem protestante e/ou católica da ciência e suas consequências na configuração atual. Por exemplo, a obra *A Ciência e a Filosofia dos Modernos*, de Paulo Rossi (filósofo e historiador da ciência italiano, onomástico do nosso carrasco de 82), seria melhor intitulada como *A Religião dos Modernos* ao ter revelado os projetos societários e epistêmicos de Galileu Galilei e Francis Bacon, ambos fundados na religiosidade por outros meios. Pior ainda: se a ritualística religiosa permanece firme e forte na Casa de Salomão, “o espírito da coisa que é bom”, nada. Por onde andar?

### Duplas Consciências<sup>18</sup>: um diálogo anti-platônico

---

<sup>17</sup> Tal como Feyerabend formulou diversas vezes com seu estilo mordaz e sarcástico costumeiro. Conferir, por exemplo, Feyerabend (2010).

<sup>18</sup> Tomando emprestada a feliz e ao mesmo tempo complexa expressão de Paul Gilroy (2001).

– Sabe, N, fiquei pensando se os diálogos platônicos, tirando a forma ardilosa com que os interlocutores do mestre de Aristóteles (a rigor, personagens reais que conversaram com Sócrates) eram postos como que em postos de bonecos de ventríloquo, não seriam a forma mais interessante de a escrita poder expressar a vida em toda a sua complexidade, ímpeto e imprevisibilidade, sem maiores artifícios depurativos. Inclusive era isso até que encantava o então jovem Georg Lukács (2015) a respeito dos diálogos do autor de *O banquete*, que ele via como belos e maiores modelos de ensaio posto que tocavam em questões cruciais dirigidas diretamente à própria vida sem precisar passar nem mesmo pela mediação da arte ou da literatura. Já imaginou uma dissertação sua trazendo vida a todas as pessoas com quem você tem interagido durante o período em que cursa o mestrado?! Pergunta retórica essa. Já é isso que você faz no projeto, quem dirá no texto final?! A escrevivência, sem sequer sonhar em insinuar que ela tenha inspiração na Grécia Antiga (não seria, ao contrário, os gregos, e, por conseguinte, a própria modernidade europeia, que se apropriaram dos conhecimentos dos povos africanos do Egito Antigo?<sup>19</sup>), já não faz exatamente isso?! Independentemente de qualquer coisa, fico muito orgulhoso por estarmos “fechando” (na realidade, abrindo uma conversação infinda) esse escrito na forma dialógica e horizontal com que, creio eu (você é quem deve dizê-lo), nós cultivamos nossa relação de (des)orientação. Mas não vamos ficar refém aqui de um diálogo sobre diálogos; quero dividir um drama pessoal, portanto político, com você...

Confesso que tenho me preocupado muito ultimamente com aquilo que eu gostaria de chamar aqui de “libertação” opressiva. Outro dia, L marcou uma videoconferência comigo (aliás, só cresce a dor da saudade do abraço físico em minhas orientandas e meus orientandos!), pois estava angustiada e querendo saber de mim se ela, como minha orientanda, também deveria escrever, até por ser uma mulher negra, uma escrevivência... Obviamente, respondi sem pestanejar: “Imagina, L. Você só vai fazer o que quiser e como bem entender. Estarei aqui para ajudar no que for preciso, a fim de que você potencialize ao máximo toda a bagagem vital que você já traz consigo” (bagagem em iorubá se diz eru; daí pensei na eru-dicção de L). Ela desabafou na sequência: “É que percebi que as pessoas já têm lhe procurado por essa intenção de escreverem trabalhos fora da caixinha; sendo que eu, embora afinada com as ideias descolonizadas e a luta antirracista, ainda me sinto

---

<sup>19</sup> Conferir Diop (1974).

mais à vontade de escrever no formato que aprendi”. Foi aí que caiu a ficha do quão perigosa pode ser essa lógica (no fundo, presa ao contexto colonial) de hegemonia e contra-hegemonia. Se eu estiver mesmo, coerentemente, lutando pela diversidade de escrita, não posso almejar tornar uma forma qualquer de escrita em hegemônica, senão “apenas” em mais uma possibilidade dentre tantas; do contrário, haverá uma mera substituição de uma dominação por outra. Como você sabe, N, o grande risco de se querer criar hegemonia interna a um grupo qualquer consiste (in)justamente na perda desse princípio da pluralidade. Desafio grande esse da libertação que não reproduz a opressão. Quão fácil é confundir radicalidade com dogmatismo. Quão difícil é tornar nosso discurso veemente e sincero contra a colonialidade condizente com ações descolonizadoras, sobretudo nas pequenas coisas, não é verdade?

– A, cada palavra que nos escorre hoje pela lauda tem nome e sobrenome. Nesse sentido, essa vida de verdade, onde os dramas e as delícias nos acometem, é parte da expressão de um exercício de pluralidade, que construímos à custa de muitas conversas, dadas em ambientes virtuais, mas completamente corporificadas em “espírito e verdade”. O que de mais puro podemos ter é não ser bonecos de nós mesmos, e, se nesse sentido escolhemos uma causa para lutar, é pela descolonização de nosso próprio inconsciente, já diria Rolnik em suas cartografias sentimentais. Esse solo que foi constituído de muitas incongruências, e que deformou o corpo do conhecimento, é fecundo e fértil desde a eternidade, é só perceber o quanto se fala e se anseia nesse tempo pela ancestralidade. Nesse sentido, o que de mais materializado posso vislumbrar é a figura do embrião tecido na terra mais profunda e ainda assim visto, ou seja, não oculto, poetizado pelo salmista (Sl 139). Só quando estive em uma aldeia indígena (neste caso, os Guaranis Kaiowás do MS), entendi um pouco dessa existência antes de existir: as famílias de algumas etnias indígenas brasileiras sabem de antemão a personalidade dos seus descendentes e seus nomes são escolhidos quando eles ainda “não são”. Um conectivo que antecede o nome principal, escolhido pelos pais e avós, revela o tipo de personalidade que esse sujeito/indivíduo/pessoa tem, e isso já orienta toda a aldeia sobre o educar/relacionar dessa criança quando ela chega corporalmente por aqui, nesse mundo. Se os olhos dos nossos povos nativos são capazes de ver e desejamos evocar essa parte que nos constitui, há esperança que uma parte de nós quando encontra uma ‘aldeia’ mobilizada, se afeta mutuamente numa relação pedagógica de auto/pluri-educação. Talvez por isso, essa

“razão” mais forte do que podemos mediar com as palavras nos faça quebrar, quando não conseguimos nomear os desejos e acabamos rompendo antes de elaborar que há ‘jeito’ para a singularidade de toda/os em uma aldeia científica; um resgate dos nossos prefixos nominais; uma essência anterior à toda essa racionalidade material. Toda/os aprenderemos com isso, cada um(a) certamente segundo seu “estado” de compreensão do mundo, que é certamente temporal.

Eu mesma morria de medo da fala da raposa do pequeno príncipe: “Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas”, e ficar aprisionada por uma essencialidade qualquer sem que nem tivesse a intenção. Mas aprendi com o Ap. João que o verdadeiro amor lança fora todo medo, e que esse medo é um antagonista ao aperfeiçoamento do amor. Viveremos para sempre no risco, quando cultivamos a autenticidade e espontaneidade. Risco de uma interpretação equivocada, de uma série de estigmas, de acusações essencialistas... No mais, a escrita é uma parte incipiente (embora essencial e muito importante) que se constrói do encontro, e logo L. terá percebido que o mito da raposa não vale para seu modo de coexistir professor/orientador/amigo. L. e outras estudantes chegarão antes atraídos por suas próprias essências, não pela “fama” do orientador exótico, e se ainda se derem conta por terem se equivocado na escolha de estar por perto, saberão “se ir” para cumprir seus destinos e ou mudá-los muito mais fortalecida/os por terem vislumbrado um ambiente libertário. E o mito da “responsabilidade cativa” se desfaz quando o amor é o fulcro que sustenta e media essa vontade infinita enquanto dure, para além da pesquisa, ou da formação, de uma escrita corporal livre de pressupostos metodológicos e isso está já muito bem definido por sua ‘des-orientação’... E “prevejo” que teremos por uma vida toda ledores que repitam: “mais um texto dos alunos de A...”

Celebremos então a eterna celeuma: “O texto é diferente por que é da/o orientando do A, ou A é deferente, e por isso o texto de suas orientanda/os não é igual??”

Atté (em homenagem à Az)...

– N, confesso que quietei meu coração com essas suas reflexões meio que sugerindo, sem precisar dizer, para que eu aquiesça a ‘pedagogia das encruzilhadas’ constitutiva da existência... Celebremos também, então, as nossas ‘duplas consciências’, nossas identidades dos entremeios, ou melhor, a dupla corporalidade ocupando o mesmo

espaço! Aliás, eis (um)a questão para um próximo diálogo nosso. O espaço aqui já deve ter estourado, pois os “artigos de revisão” também precisam ser “objetivos”...rsrs.

Axé grandão (em homenagem a Rogerio Família e Bia Albino)! A lembrança de Rogerio e Bia me leva, muito a propósito, a querer “terminar” nosso texto com a alegria de um samba na voz em ‘dom maior’ de Dona Ivone Lara:

E lá vou eu  
Levando o meu destino  
Nesse meu tempo  
Nesse meu lugar  
Plantando flores pra colher alegria  
Não guardar em meu peito ódio e nem rancor  
Porque eu nasci com a sina de espalhar amor

#### Colaboradores

Ambos os autores participaram da concepção intelectual, revisão bibliográfica e redação do texto.

#### Agradecimentos

Aos estudantes da disciplina “Diversidade de Escrita Acadêmica”, com os quais tivemos o bom privilégio de discutir sobre as questões levantadas aqui de modo efetivamente afetivo: Andreza Santos, Bianca Moraes, Camille Correia Santos, Elaine Maia, Filomena Xavier, Jéssica Rosendo, Kelly Diogo, Sophia Rosa, Andrey Roosevelt Chagas Lemos, Bruno Rezende, Francy Webster Pereira, João Pedro Silva e Rui Júnior.

#### REFERÊNCIAS

- Adorno, T. (2012). O ensaio como forma. In: Adorno, T. *Notas de literatura*. São Paulo: Editora 34.
- Anzaldúa, G. (2000). Falando em línguas. *Estudos feministas*, 8 (1), p. 229-236.
- Azam, G. (2020). *Carta à Terra e a Terra responde*. Belo Horizonte: Relicário.

Benites, S. (2015). Nhe'ẽ, reko porã rã: nhemboea oexakarẽ Fundamento da pessoa guarani, nosso bem-estar futuro (educação tradicional): o olhar distorcido da escola. Fevereiro. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), UFSC.

Bernardino-Costa, J.; Maldonado-Torres, N.; Grofoguel, R. (Orgs). (2019). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Biagioli, M.; Galison, P. (ed.). (2003). *Scientific authorship: credit and intellectual property in science*. New York: Routledge.

Butler, J. (2005). *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Cahen, M.; Braga, R. (Orgs). (2018). *Para além do pós(-)colonial*. São Paulo: Alameda.

Cusicanqui, S. (2010). *Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires: Tinta Limón.

Descartes, R. (1994). *Discurso do Método*. São Paulo: Nova Cultural.

Daston, L.; Galison, P. (2007). *Objectivity*. New York: Zone Books.

Diop, C. (1974). *The african origin of civilization*. Lawrence Hill & Co.

Eco, U. (1989). *Como se faz uma tese*. São Paulo: Editora Perspectiva.

Eco, U. (org.). (2010). *História da beleza*. Rio de Janeiro: Record.

Ega, F. (2021). *Cartas a uma negra*. São Paulo: Todavia.

Evaristo, C. (2017). *Poemas de recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Editora Malê.

Evaristo, C. (2020). *Escrevivência: a escrita de nós – Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte.

Feyerabend, P. (2003). *Contra o método*. São Paulo: Editora Unesp.

Feyerabend, P. (2010). *Adeus à razão*. São Paulo: Editora Unesp.

Figueiredo, A. (2015). Carta de uma ex-mulata à Judith Butler. *Periódicus – Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades*, 3(1), p. 152-169.

Foucault, M. (2009). O que é um autor? In: Foucault, M. *Ditos & Escritos III*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Freire, P. (1977). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra.

- Freire, P. (2002). O papel do orientador de trabalhos acadêmicos numa perspectiva democrática. In: Freire, P. *Cartas à Cristina*. São Paulo: Editora Unesp.
- Galilei, G. (2004). *O ensaiador*. São Paulo: Nova Cultural.
- Galilei, G. (2009). *Ciência e fé*. São Paulo: Editora Unesp.
- Galison, P.; Stump, D. (ed.). (1996). *The disunity of science: boundaries, contexts, and power*. Stanford CA: Stanford University Press.
- Gilroy, P. (2001). *O atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34.
- Gonzalez, L. (2018). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Gonzalez, L. *Primavera para as rosas negras*. São Paulo: Diáspora Africana.
- Hooks, B. (1990). *Yearning. Race, Gender and Cultural Politics*. Boston: South Ende Press.
- Hooks, B. (2013). *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Jesus, C. (1960). *Quarto do despejo: diário de uma favelada*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó.
- Krimsky, S. (2003). *Science in the private interest: has the lure of profits corrupted biomedical research?*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- Lara, I. (2004). Vida que a gente leva. In: Lara, I. *Sempre a cantar*. Universal Music.
- Latour, B. (1994). *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Lukács, G. (2015). Sobre a forma e a essência do ensaio. In: Lukács G. *A alma e as formas*. São Paulo: Autêntica Editora.
- Mendonça, A. (2014). Dos Valores de Medida aos Valores como Medida: Uma avaliação axiológica da avaliação acadêmica. *Ensaíos Filosóficos*, 10 (1), p. 111-133.
- Mendonça, A. (2017). O ensaio como (re)forma. In: Pinheiro, R; Engel, T; Asensi, F. (orgs.). *Vulnerabilidades e resistências na integralidade do cuidado: pluralidades multicêntricas de ações, pensamentos e a (re)forma do conhecimento*. Rio de Janeiro: CEPESC/IMS/UERJ, ABRASCO.
- Ouriques, N. (2014). *O colapso do figurino francês*. Florianópolis: Insular.
- Pessoa, F. (2012). Todas as cartas de amor são ridículas. In: Pessoa, Fernando. *Antologia poética*. Porto Alegre: L&PM.

- Pickering, A. (ed.). (1992). *Science as practice and culture*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Piñon, N. (2019). *Uma furtiva lágrima*. Rio de Janeiro: Record.
- Platão. (1990). *O banquete*. São Paulo: Nova Cultural.
- Polanyi, M. (2013). *Conhecimento pessoal*. Vila Nova de Gaia: Inovatec.
- Reski, D. (2007). *The price of truth: how money affects the norms of science*. New York: Oxford University Press.
- Rolik, S. (2021). Descolonizar o inconsciente: o que a filosofia tem a ver com isso?. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ooV7ZrqYID8&t=2s> Acesso em : 13/06/2021
- Rorty, R. (1994). *A filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Rossi, P. (1992). *A ciência e a filosofia dos modernos*. São Paulo: Editora Unesp.
- Schiller, F. (1989). *A educação estética do homem*. São Paulo: Iluminuras.
- Spivak, G. (1993). *Outside in the teaching machine*. London: Routledge.
- Spivak, G. (2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Ziman, J. (1996). Postacademic science: constructing knowledge with networks and norms. *Science Studies*, 9(1), p. 67-80.